

Diretoria discute caso Zinsly com reitor

Daniel Garcia

A diretoria da Adusp e sua comissão que examinou o caso do professor João Zinsly (da Esalq) mantiveram reunião na última terça-feira, dia 13, com o reitor Jacques Marcovitch, discutindo sobre a decisão do CO, que acabou culminando com a demissão do professor em questão. A Congregação da Esalq reiterou recentemente (em 20 de agosto) seu inconformismo com a decisão da Universidade e, como nas suas duas decisões anteriores, manifestou discordância com as conclusões da Comissão Processante por ausência de provas concretas que justificassem as penalidades propostas.

Durante a reunião com o

reitor, a Adusp apresentou sua posição sobre o caso, sintetizada em dois pontos: tramitação irregular do processo e imprecisão nas acusações, incluindo autoria e prova. A tramitação irregular, no entendimento da comissão, ocorreu quando o processo foi levado à instância superior sem ter havido um recurso da decisão da Congregação (que não acatou o parecer da Comissão Processante). A inconsistência das provas é evidente na leitura do processo.

O reitor manifestou-se receptivo a uma eventual revisão da decisão tomada, se fatos novos forem apresentados. De pronto, a chefe de gabinete da reitoria, Dra. Nina Stocco, presente à au-



Diretores e integrantes da comissão da Adusp com Marcovitch

diência, ressaltou que o fato novo já existia uma vez que já foi encaminhada representação da Congregação da Esalq solicitando a revisão da decisão tomada. O reitor enfatizou que respeitava a posição trazida pela Adusp e que qualquer documento que chegasse às suas mãos seria incorporado ao proces-

so e analisado. Sua preocupação principal no caso se refere ao zelo com a coisa pública e com a justiça das decisões tomadas. Por sua vez, a diretoria da Adusp, além de ter esta mesma preocupação, lembrou que processos mal instruídos podem motivar decisões judiciais com pesadas indenizações.

13º salário na USP

Durante reunião com o reitor para exame do caso Zinsly, o professor Jacques Marcovitch assegurou à diretoria da Adusp que não há nenhum problema com a reserva da USP para pagamento do 13º salário dos funcionários e docentes.

A primeira parcela estará depositada dia 20 de novembro, e a segunda, até dia 19 de dezembro.

Dallari fala sobre precários

No dia 6 deste mês, a diretoria da Adusp reuniu-se com o ex-diretor da Faculdade de Direito da USP, professor Dalmo de Abreu Dallari (foto), para discutir ações jurídicas para resolver o problema de 1900 docentes da USP contratados de forma precária. Na visão de Dallari, a solução deveria ser tentada primeiramente no interior da USP. Ele não afasta, no entanto, a via judicial.

Página 4



Augusto Coelho

Revista Adusp é destaque do Prêmio Vladimir Herzog

A matéria "A USP nos arquivos do Dops", de autoria da jornalista Beatriz Helena Bittencourt Vicentini Elias, capa da Revista Adusp nº 13, recebeu Menção Honrosa do XX

Prêmio Vladimir Herzog, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A entrega do prêmio acontecerá dia 27 deste mês, às 20 horas, no Parlato. A Revista Adusp foi a única publicação sindical que recebeu distinção na premiação. Os demais indicados nas várias categorias são ligados à grande imprensa, a exemplo dos jornais O Dia (RJ), Zero Hora (PA), O Globo



(RJ) e Diário de Pernambuco.

Publicada em abril deste ano, a matéria mostra que reitores da USP mantinham intercâmbio com o Dops antes mesmo do golpe militar de 64. Documentos reservados, assinados pelos reitores Linneu Prestes, datado de 1948, e Ernesto Leme, 1951, foram localizados pela jornalista e publicados na revista. Também pela primeira vez, foi publicado documento comprovando a instalação de uma Assessoria de Informações do Dops na reitoria da USP durante o regime militar pós 64.

MST e MTST realizam encontro infantil

O MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) realizam o II Encontro Estadual dos Sem Terrinhas e dos Sem Tetinhos, dias 1, 2 e 3 de novembro, na cidade de São Paulo. O local do encontro ainda não foi divulgado. O tema escolhido para as discussões deste ano é "o Brasil que queremos". A Unesp de Marília e a CMP (Central dos Movimentos Populares) também colaboram com o projeto, do qual devem participar, segundo os organizadores, 800 crianças. A direto-

ria da Adusp aprovou apoio ao encontro.

Os objetivos do evento são desenvolver consciência crítica nas crianças, proporcionar a elas educação e lazer e facilitar a troca de experiências entre campo e cidade. O encontro pretende também chamar a atenção da sociedade para as necessidades e perspectivas dos trabalhadores rurais e urbanos, demonstrando como as crianças entendem esses problemas.

Como preparação para o evento, o MST, o MTST e a CMP estão realizando 12 encontros regionais para discutir a metodologia adequada



Aula ao ar livre em assentamento no Pontal do Paranapanema

que usarão com as crianças. Nos dois primeiros dias do evento, haverá apresentações de atividades culturais, preparadas pelas próprias crianças nos encontros regionais, e

oficinas pedagógicas e culturais. No terceiro dia, as crianças participarão de uma marcha pelas ruas da cidade de São Paulo e assistirão a um ato-show de encerramento.

O Banco Mundial e a reforma educacional

O 1º vice-presidente da Adusp, Osvaldo Coggiola, proferiu palestra dia 27 de setembro na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Coggiola abordou o tema "O Banco Mundial e a reforma da educação na América Latina". Também participou da palestra o secretário-geral da Associação dos Docentes da Universidade de Buenos Aires (Aduba), Néstor Correa.

Segundo o vice-presidente da Adusp, o Banco Mundial encabeça uma ofensiva de alcance latinoamericano contra a universidade pública, como revela a problemática comum de arrocho orçamentário e salarial. A palestra ocorreu em meio à luta da Aduba pelo seu reconhecimento sindical, que foi retirado recentemente pela reitoria da universidade.

Coggiola participou ainda de um encontro internacional sobre os 150 anos do Manifesto Comunista, realizado na mesma universidade. Estiveram presentes Ricardo Antunes (Unicamp), Roberto Lehrer (UFRJ), assim como docentes da Colômbia, México, Peru, Uruguai e França.

Saiba quem são os eleitos para a AL

A composição política da Assembléia Legislativa de São Paulo para os próximos 4 anos não sofreu alterações significativas. O comportamento de alguns partidos depende, no entanto, do nome que será eleito governador no próximo dia 25. Conheça os deputados eleitos para a próxima legislatura e saiba quem estará participando, dentre outras, da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O volume de verbas para as universidades públicas paulistas depende do comportamento dos deputados nesta votação.

Nome (partido)	Votos				
Waldemar Alves Faria Jr (PMDB)	170.325	Aldo Demarchi (PPB)	53.702	Edson Gomes (PPB)	42.389
Conte Lopes (PPB)	148.388	Nelson Salomé (PL)	53.684	Roberto Gouveia (PT)	42.135
Edson Ferrarini - Coronel (PL)	144.188	José de Filippi Jr (PT)	52.216	Dorival Braga (PSDB)	41.650
Agripino de Oliveira Lima Filho (PFL)	99.272	Jilmar Augustinho Tatto (PT)	51.952	Hanna Garib (PPB)	41.544
Reynaldo de Barros Filho (PPB)	98.365	Jorge Luis Caruso (PMDB)	51.250	Ary Fossen (PSDB)	41.402
Campos Machado (PTB)	90.849	Paulo Teixeira (PT)	51.078	José Zico Prado (PT)	41.339
Paschoal Thomeu (PPB)	87.577	Hamilton Pereira (PT)	50.623	Edson Aparecido dos Santos (PSDB)	41.008
Edna Macedo (PTB)	81.222	Marcos Mendonça (PSDB)	50.302	Geraldo Antônio Vinholi (PDT)	40.328
Caldini Crespo (PFL)	77.324	Paulo Julião (PSDB)	49.319	Carlos Sampaio (PSDB)	39.945
Celino Cardoso (PSDB)	77.058	Edmir Chedid (PFL)	49.025	Carlos Alberto Rolim Zarattini (PT)	39.653
Márcio Araújo (PFL)	74.313	Vitor Sapienza (PMDB)	48.918	Vanderlei Siraque (PT)	38.937
Rodrigo Garcia (PFL)	73.320	Lobbe Neto (PMDB)	48.695	Maria Lúcia Prandi (PT)	38.230
Antônio Salim Curiati (PPB)	73.318	Pedro Yves Simão (PPB)	48.121	Edmur Mesquita (PSDB)	37.649
Célia Leão (PSDB)	73.265	Sidney Beraldo (PSDB)	48.091	Luiz Gonzaga Vieira de Camargo (PDT)	37.623
Cícero de Freitas (PFL)	73.036	Jamil Murad (PCdoB)	47.778	Nivaldo Santana (PCdoB)	37.416
Dimas Ramelho (PMDB)	72.625	Elói Pietá (PT)	47.202	Clauy Santos Alves da Silva (PTB)	37.125
Vanderlei Macris (PSDB)	70.917	João Carlos Caraméz (PSDB)	47.072	José Augusto da Silva Ramos (PPS)	36.462
José Carlos Vaz de Lima (PSDB)	70.889	Rodolfo Costa e Silva (PSDB)	46.988	Petterson Prado (PDT)	36.336
Marquinho Tortorello (PPS)	70.293	Renato Simões (PT)	46.641	Roberto Turchi de Moraes (PPS)	35.721
Alberto Hiar Turco Loco (PSDB)	70.084	José Benedito Rezende (PPB)	46.333	Joseph Zuza Somaan Abdul Massih (PRP)	34.795
Afanásio Jazadjji (PFL)	68.243	Maria do Carmo Piunti (PSDB)	45.927	Mariângela Duarte (PT)	32.727
Roberto Endler (PSDB)	66.311	Terezinha da Paulina (PFL)	45.392	Pedro Toshimigue Mori (PDT)	31.943
Daniel Marins (PPB)	65.426	Arnaldo Jardim (PMDB)	45.044	Alberto Calvo (PSB)	31.163
Walter Feldman (PSDB)	63.533	Arthur Alves Pinto (PL)	44.774	Henrique Sampaio Pacheco (PT)	31.016
Junji Abe (PFL)	59.932	Rosemary Corrêa (PMDB)	44.676	César Callegari (PSB)	30.657
Eli Corrêa (PFL)	59.925	Wilson de Oliveira Moraes (PSDB)	44.627	Rafael Silva (PDT)	30.175
Ricardo Tripoli (PSDB)	59.559	Carlos Braga (PPB)	44.207	Edir Sales (PL)	29.259
Duarte Nogueira (PFL)	57.521	Carlos José de Almeida - Carlinhos (PT)	43.846	Salvador Khuriyeh (PDT)	27.815
Roque Barbieri (PTB)	56.447	Willians Rafael (PL)	43.841	Ramiro Meves (Prona)	27.806
Milton Vieira - Pastor (PRONA)	56.099	Pedro Tobias (PDT)	43.377	Eduardo A. da Silva Pires - Soltur (Prona)	19.234
Gilberto Nascimento (PMDB)	54.511	José Carlos Stangarlini (PSDB)	43.053	Luis Carlos Gondim Teixeira (PV)	13.327
		Celso Tanaiui (PTB)	42.842		

Fonte: Assessoria de Imprensa da Assembléia Legislativa

ENTREVISTA

Estatuto da USP precisa ser revisto

Benedito H. Machado, professor-associado do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e representante da unidade no Conselho da Adusp, afirma que o Estatuto da USP precisa ser revisto. "Esta é uma forma de discutir todos os problemas da Universidade numa perspectiva mais ampla", diz ele.

Quais as perspectivas de mudanças na universidade, tendo em vista os possíveis governos de Covas ou Maluf?

As perspectivas de mudanças, para pior, são muito boas, independente de quem venha a ser o futuro governador. O histórico dos dois candidatos, os quais já governaram São Paulo, indica que o ensino público superior não foi e continua não sendo prioridade para eles e para as forças políticas que os apóiam. Além disso, uma vez eleito, Covas ou Maluf vai continuar a tocar a música escrita e regida por Fernando Henrique, com o auxílio direto de instituições como o FMI, Banco Mundial e BID. Neste aspecto, vale ressaltar que a política de ensino superior do governo FHC foi concebida e é executada por segmentos de destaque das universidades estaduais paulistas. Além disso, temos que reconhecer que os segmentos dirigentes da nossa universidade se deliciam ao som desta música e a USP, como um todo, literalmente dança.

Quais os principais problemas dos docentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto?

Como todos os docentes das demais unidades da USP, estamos vivendo um momento

de muito ruído, de muito gasto energético que não se traduzirá, no meu entendimento, em nenhuma mudança profunda na Universidade. Entre os vários pontos colocados em discussão temos os seguintes: reestruturação dos departamentos, separação das áreas básica e clínica, avaliação das atividades docentes, regime de trabalho, resolução 3533 e assessorias, entre vários outros. Toda essa poeira no ar deixa o horizonte embaçado, e perdemos as perspectivas para as verdadeiras mudanças que a USP precisa. No meu entendimento, mudanças cosméticas em andamento privilegiam os segmentos detentores do poder, porém as verdadeiras mudanças requerem a discussão do arcaico estatuto da USP, o qual precisa ser revisto, especialmente no que diz respeito a carreira docente e a estrutura de poder na nossa Universidade. Devo, no entanto, concordar que praticamente ninguém está, neste momento, interessado em discutir o estatuto e, como tal, entendo que continuaremos a conviver com muita poeira e muito ruído. Dessa forma, vários são os problemas que enfrentamos e não vejo perspectivas para discutí-los com clareza a curto prazo.

De que forma a Adusp pode ajudar a resolvê-los?

Ainda que a Adusp tenha tentado enfrentar os vários problemas que afetam a categoria docente, entendo que a solução dos mesmos não poderá alcançar êxito se não paramos para repensar a nossa Universidade. Por isso, eu gostaria muito de ver a Adusp encampando a luta pela reforma do estatuto, quando então discutiríamos todos os problemas da USP, numa perspectiva mais ampla, isto

é, da Universidade pública no estado de São Paulo. Já tentamos isto num passado recente aqui em Ribeirão Preto, porém não conseguimos sensibilizar a maioria dos colegas do nosso Campus.

Que atividades a Adusp Ribeirão Preto tem organizado para se aproximar dos professores?

Temos que ter clareza que estamos sob pressão de todos os lados e que a grande maioria dos nossos colegas está sobrecarregada. Nunca fomos tão exigidos como nestes tempos de modernidade. Não temos mais tempo para conversar, para refletir e para pensar. As nossas mesas contém pilhas de tarefas que sempre aumentam e por mais que façamos sempre estaremos em débito. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, mais as assessorias estimuladas pela própria Universidade, consomem toda a nossa energia e o nosso tempo. Esta terapia ocu-

pacional forçada, associada à poeira que está no ar, elimina o nosso horizonte. A Adusp por mais que faça, ou tente fazer, continuará sendo mais uma sombra no meio de toda esta poeira na qual estamos metidos.

Qual o papel do representante nessa aproximação?

Já que falei tanto de poeira, me resta dizer que os representantes devem continuar pregando no deserto. Apesar de tudo, ainda acredito na possibilidade de que, no futuro, poderemos construir uma Universidade lúcida.



Benedito H. Machado

Nota

"Tendo em vista as declarações do professor Leandro de La Jonquiére no Informativo Adusp nº 38 - setembro de 98 - página 12, cumpre-me esclarecer que:

A pedido de docentes, devidamente aprovado pelo CTA, monitores de vídeo adquiridos em 10/09/92 tipo 151-IBM modelo 8513 VGA, coloridos, tela plana de 12 polegadas, parte do equipamento 386 ASA, face a sua obsolescência e pouca definição foram substituídos em junho de 1998.

Essa substituição foi feita por monitores de vídeo SVGA marca AOC, modelo 5VLR colorido, o que além de superar o desgaste pelo uso, permite que "softwares" atuais que necessitam de melhor definição rodem normalmente.

Também atendendo pedido de docentes para aumentar o espaço útil em salas de dimensão de 2,30 de largura por 5,40 de comprimento, muitas delas ocupadas por três professores como é o caso em pauta, mesas para micro-computadores foram substituídas por racks verticais para computador, impressora e estabilizador".

Myriam Krasilchik
Diretora da Faculdade de Educação

Diretoria da Adusp se reúne com Dalmo Dallari para discutir os contratos precários

Para o professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP, Dalmo de Abreu Dallari, a Constituição estabelece apenas dois tipos de contratação na área trabalhista: 1) através das regras da CLT, para a iniciativa privada, e 2) através de concursos, para o setor público. A USP, segundo ele, criou um terceiro regime, que é o temporário – na universidade conhecido como contratação precária.

Estas considerações foram feitas dia 6 deste mês, na sede da Adusp, em reunião do professor Dallari com os diretores Jair Borin (presidente), Osvaldo Coggiola (1º vice-presidente), Marcos N. Magalhães (2º vice-presidente) e Iraci Palheta (secretária). O encontro teve como propósito discutir ações jurídicas para resolver o problema de 1900 docentes da USP contratados de forma precária.

Os diretores da Adusp reafirmaram a disposição da entidade em lançar uma campanha com o objetivo de sensibilizar a sociedade e o Conselho Universitário para este grave problema da universidade. Pretende-se apresentar, ainda este ano, uma proposta para ser analisada pelo Conselho Universitário.

Análise jurídica

A diretoria da Adusp informou ao professor Dallari as iniciativas em estudo pela assessoria jurídica da entidade (ação coletiva e denúncia ao Ministério Público) e também sobre a proposta de regularização dos contratos precários aprovada no plebiscito da Adusp, em 1996. Ele se mostrou interessado em colaborar e se comprometeu a estudar mais profundamente o problema e possíveis alternativas.

O ex-diretor da Faculdade de Direito acredita que a contratação precária ofende o princípio de equidade, uma vez que a USP tem docentes em seus quadros exercendo atividades idênticas, mas contratados de forma diferente. Observou ainda que, a perenização adotada pela Unicamp pode ser apresentada como justificativa, inclusive perante a Justiça, para a aprovação de solução similar aqui na USP (de fato, a proposta aprovada no plebiscito da Adusp segue o mesmo “espírito” do que foi feito na Unicamp).

Ainda segundo o professor Dallari, é importante resolver o problema dos atuais precários, porém é preciso urgentemente desestimular novas contratações dentro



Augusto Coelho

Reunião do jurista Dalmo Dallari (centro) com diretores da Adusp

desta modalidade. “Esta medida impediria a criação de um novo contingente de precários” disse. Ele não vê nenhum impedimento para que se estabeleça um período probatório após o concurso de efetivação, contanto que não ultrapasse dois ou três anos.

Na visão do jurista e professor Dalmo Dallari, a so-

lução para os contratos precários primeiramente deveria ser tentada administrativamente, no interior da USP, tendo em vista a rapidez com que poderia produzir resultados. Ressaltou, entretanto, que a via judicial é sempre um caminho e que os contactos com juristas pode ser de grande auxílio.

Relato das reuniões nas unidades

Algumas unidades já realizaram reuniões para a discussão da proposta aprovada em plebiscito da Adusp para a regularização dos contratos precários na USP. Nas próximas semanas teremos mais docentes participando de novos encontros. Na reunião do IME, realizada dia 8 de outubro, decidiu-se fomentar a discussão na rede interna de computadores, nos conselhos e na Congregação. A partir das perguntas: o que fazer com os atuais contratos precários e, como a Universidade deve tratar os novos contratos, pretende-se suscitar as opiniões dos professores da Universidade. Foi ainda aprovado a realização de um debate sobre a questão na semana de 19 a 23 deste mês, convidando o diretor, o vice-diretor e os chefes de departamento.

No Instituto de Biociências, a reunião foi dia 29 de setembro e contou com um número expressivo de docentes. A diretoria da Adusp esteve presente e deu vários esclarecimentos. Ficou decidida a elaboração de um documento relatando a preocupação dos professores pre-

sentes com a precariedade da sua forma de contratação. Pretende-se discutir a questão junto aos Conselhos de Departamento e a Congregação, buscando apoiar a regularização dos atuais contratos precários nos moldes definidos na proposta aprovada em plebiscito da Adusp.

Opinião emitida em agosto de 97 pelo atual vice-reitor da USP, Adolpho José Melfi

“Os contratos precários foram criados para resolver situações emergenciais, mas terminaram por adquirir um caráter quase definitivo. Eles devem ser revistos por serem injustos e prejudiciais ao corpo docente de nossa Universidade. (...) Assim sendo, faz-se necessário a adoção de medidas emergenciais em benefício dos docentes contratados, propondo salvaguardas, na forma de aditivos aos contratos atuais ou de parte integrante de contratos futuros. Tais salvaguardas poderiam incluir, por exemplo aviso prévio obrigatório de seis meses quando da não renovação do contrato; criação de indenização compensatória a ser paga em caso de dispensa do docente, nos moldes do FGTS; tornar obrigatório a abertura de concurso (bilateralmente, p. ex.) em Departamentos que possuam docentes com contratos precários.”